

## A MENOS VALIA DAS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Maria Aparecida Pereira De Souza

PG/UEMS

**RESUMO:** Atualmente as expressões artísticas não são conceituadas como deveriam, pois pode se perceber o descaso em que esse campo do saber se encontra. Dada tal situação, pretendem-se investigar, por via histórica, quais foram os fenômenos alocados no ambiente escolar, que vieram a culminar na inferioridade do valor das manifestações artísticas nesse meio. Para tanto usaremos a referência teórica de uma arte – educadora como norte do trabalho.

Palavra chave: Artes. Desvalorização. Escola. Manifestações.

### Introdução

A temática que trago para essa reflexão está relacionada diretamente a desvalorização do ensino de arte no ambiente escolar, tendo como objetivo maior investigar e questionar sobre o funcionamento /e as práticas artísticas realizadas no ensino fundamental e médio. Analisar as ações realizadas no espaço escolar em relação à produção do discente e docente e sua interação quanto ao ensino/arte, tendo como foco central o funcionamento da arte dentro da escola, partindo desses pressupostos teóricos e práticos a vivenciar e avaliar criticamente a realidade do ensino de arte na escola quanto sua desvalorização.

Apontando a desvalorização da arte na escola é expressa como certo preconceito com professor da área, o que acarreta marginalização desse professor e condena a arte um papel de mero apêndice pedagógico que está como mais uma disciplina no currículo escolar sem efeito ou sem valor nenhum.

### Objetivo

Colocar-se como objetivo principal o confronto sobre o ensino de artes na escola de outra forma qual o papel atribuído ao ensino de artes na escola? Qual a contribuição do ensino de artes ao desenvolvimento dos discentes do ensino fundamental e médio? Arte na escola para que? Qual a função da arte na escola? Qual contribuição específica que a arte traz para educação do ser humano? Visando a estas questões, o professor de arte trabalha de forma isolada e os demais professores consideram a importância do trabalho em artes, como um auxiliar das suas disciplinas, que transformações devem ser tomadas quanto à disciplina de artes? A disciplina de artes está incluída nos referenciais curriculares tornando-se obrigatória como qualquer outra disciplina. Agora eu pergunto já que esta inserida nos parâmetros o porquê da desvalorização das expressões artísticas no ambiente escolar?



Edição 24 – Janeiro de 2020  
Artigo recebido até 30/12/2019  
Artigo aprovado até 22/12/2019

## Fundamentação Teórica

O ensino de artes nas escolas, embora venha sendo pensado, ainda não é considerado satisfatório. Cada vez mais se deteriora o que temos por conceitos em artes e as manifestações artísticas atualmente utilizadas para explicar tais conceitos são cada vez mais usadas de modo deturpado, fazendo com que o público alvo desse tipo de socialização do saber saia de sua formação com uma defasagem relevante, e esta por sua vez é transmitida aos alunos que prosseguem com o efeito dominó de uma má formação. Por meio de uma análise do obsoleto modo escolar que vivenciamos hoje, faremos um parâmetro com o texto de Ana Mae Barbosa, escrito na década de 80, objetivando lançar um olhar sobre como tem sido encaminhada a situação das expressões artísticas no ambiente escolar e o que causa a desvalorização das mesmas. Segundo Marques (2005) são pouquíssimos os resquícios das aulas de “educação artística” que perduram no indivíduo, formando-o para lidar com a arte, ora, como mencionado acima, a arte na escola esta restrita a desenho e pintura.

Barbosa (1999) expõe por volta de 1988 problemas encontrados na arte/educação, que após serem considerados são assustadores, por constatar que em 40 anos não houve mudanças significativas. Mas por que isso acontece? Vejamos como se deu essa estrutura na educação, buscando entender as suas falhas.

Os primórdios da Arte/Educação no Brasil foram complexos. Segundo Espíndola (2006), o projeto da LDBEN tramitou durante treze anos (no Congresso) de forma bastante tumultuada, e os conflitos entre diferentes concepções (ideologias políticas) se fizeram presentes. E Barbosa (1999) reforça que “essa não foi uma conquista da classe de arte educadora brasileira e sim uma criação ideológica de educadores norte-americanos sob um acordo oficial entre MEC-USAID”.

Retorna-se nesse momento ao fato de que pouca coisa foi alterada de 1971 para 2012, uma vez que o educador da área de Artes ainda deve ser capaz de exercer a multidisciplinaridade e apresentar em suas aulas conceitos de música, teatro, artes visuais, desenho, dança, desenho geométrico, tudo isso acoplado ao ensino das demais disciplinas aos quais a arte dá suporte.

Quando a tendência pedagógica liberal tecnicista vigorava na nossa sociedade, nos primórdios da vigência da lei 5.692/71 adotou modelos calcados em uma estrutura rígida para atingir um fim proposto,

designado pelo período da ditadura militar. Se refletirmos que muito do que foi baseado nesse modelo pedagógico serviu-se para “preparar” o indivíduo para o trabalho, podemos conceber desse período a preocupação com a cópia exímia do desenho, das formas geométricas, perspectivas. Encontramos claros exemplos desse argumento. O primeiro foi retirado de uma entrevista feita pelas graduandas do curso de Artes Cênicas da UEMS ao artista regional Jonir Figueiredo e o segundo do texto de Barbosa:

“Quem foi seu grande Mestre? Como esse Mestre ensinava? Como se relacionava com seus aprendizes? Jonir diz não ter convivido com algum professor que pudesse chamar de Mestre. Cita os professores que teve na época de colégio, por volta de 1965, 66, 67, fala de um professor que lecionava desenho técnico e afirma não gostar muito, fala também sobre um professor italiano que se apossava de seus desenhos, porém nenhum ele considera como um Mestre que o tenha inspirado a seguir sua carreira. Afirma que seus Mestres eram exigentes, ou no cumprimento rígido da técnica ensinada, ou no incentivo a fazê-lo estudar outras coisas que não fosse o desenho, ficando sempre com seus esboços.”

“Essa lei estabeleceu uma educação tecnologicamente orientada que começou a profissionalizar a criança na 7ª série, sendo a escola secundária completamente profissionalizante. Esta foi uma maneira de profissionalizar mão – de - obra barata para as companhias multinacionais que adquiriram grande poder econômico no País sob o regime da ditadura militar de 1964 a 1983.” (Barbosa, 1999, pg. 170)

Nesse contexto, como é possível que o aluno desenvolva a arte, goste dela, se aproprie do que ela possui de melhor? Os próprios professores da área incentivam aqueles que têm algum talento a ir buscar seu aproveitamento em outras áreas e ensinavam somente o conteúdo que serviria para o “trabalho”, sem importar-se de fato com a arte, somente servindo aos interesses do sistema econômico vigente. Acontece que passados anos essas concepções ainda não foram alteradas. Ao observamos as reações expostas pelos indivíduos que convivem em nossa sociedade é clara a repulsa frente ao interesse de formar-se no campo das Artes, apresentando os mesmos argumentos explicitados acima e muitas vezes os seguintes discursos: Você quer cursar música? Para quê? Artes cênicas? Pretende morrer de fome? Eu não criei filho para isso! Sim, é triste a realidade do que se escuta acerca do profissional de artes, porém, ainda mais difícil é encontrar ações vindas dos mesmos para mudar o contexto vexatório em que se encontram muito deles.

Segundo Silva apud Barbosa (1998), Rizzi (2002), Saunder (2004) “a Arte/Educação é epistemologia, denominada ciência do ensino da arte.” Mas que arte é essa ensinada nas escolas e vista com tanto desprezo pela grande maioria de nosso povo? Na época da ditadura justificava-se o ensino nos modos operantes em que

se encontravam, mas e agora, o que justifica a estagnação do ensino de artes, ou ainda o desinteresse dos que deveriam ser consumidores? Por que a arte desde a época escolar é apresentada como algo que vale pouco, ou nada? Que só pressupõem seu uso perante suporte a outra área de conhecimento? As perguntas são muitas, e infelizmente nem todas conseguem ser respondidas, mas a raiz de algumas delas está diretamente ligada sobre o que cultivamos enquanto cultura. Conforme Daniel, Menegazzo e Peçanha, apud Williams (1992) “considera-se o termo cultura em dois sentidos. No sentido antropológico/sociológico, define o modo de vida global e o sistema de significações de um determinado grupo; no sentido mais especializado, inclui a produção intelectual e as práticas significativas”. Consideraremos nesse momento a primeira opção. Muito do que é assimilado pela sociedade brasileira vem dos costumes de outros povos, que vivem baseados em outros parâmetros. Tendemos a seguir um padrão, que com o tempo molda-se como uma imposição. Isso dá-se em todos os setores da sociedade, portanto também na educação. Por isso ao trazer aquilo que não faz parte de nossa conjuntura sócio-cultural e “costurá-lo” ao que temos aqui, sem testar a experimentação ou garantia de sucesso estamos sujeitos a vislumbrar situações que destoem das idéias apresentadas. É o que sucede na maioria das vezes com os referenciais curriculares, parâmetros educacionais e todo e qualquer documento embasado em conceitos que não são reais em nosso meio. No contexto escrito no papel as idéias traçadas em outras culturas tornam-se lindas ideologias. Porém ao defrontar-se com a nossa realidade não surtem efeito como descrito nos papéis, isso quando surtem algum efeito! Podemos interpretar como exemplo disso a aplicação contida no Referencial Curricular do município de Campo Grande, que será discutido mais adiante no texto, onde se lê que “ao assistir a um espetáculo teatral, por exemplo, o homem vive e revive emoções, identifica sentimentos, percebe realidades sociais, políticas, econômicas e culturais que podem levá-lo a superar aspectos cristalizados e estagnados de sua existência”. Realmente o enunciado trás para a arte teatral uma grandeza que essa é capaz de inquirir o homem, o problema está no que vemos enquanto realidade, uma vez que ainda existem pessoas na nossa esfera social que não possuem meios econômicos de adentrar um espetáculo. Pode-se contestar dizendo que há nessa referida capital espetáculo gratuitos visando esses públicos, reconheço a existência desses, porém deixa-se de revelar que há ainda a passagem de ônibus que possuem um valor expressivo, que as famílias contidas nas periferias contam com um contingente de membros elevados, que os espaços teatrais na cidade, salvo o que encontra-se no centro, encontram-se em pontos talvez de complexo acesso pela população referida, etc. A segunda opção encontra-se mais complexa, pois ainda que

nosso “incentivo” intelectual tenha crescido nos últimos anos, após sofrer períodos de escassez, ainda somos conhecidos mundialmente como “terra do futebol”, que inspira meninos a tornarem-se jogadores, o que não requisita estudo algum; nossos índices de educação ainda encontram-se aquém quando comparados com muitas potencias mundiais e infelizmente nossos governos investem mais em cadeias do que em educação.

Vejamos agora, no Referencial Curricular da rede municipal de ensino: 3º ao 9º ano do ensino fundamental de 2008, do município de Campo Grande, de autoria do órgão SEMED, a definição exposta do que é arte:

“Arte é linguagem, é produção sensível, é trabalho. A arte não é uma produção fragmentada ou fruto de modelos aleatórios ou separados do contexto social nem é mera contemplação, é uma área de conhecimento que integra diferentes instâncias intelectuais, culturais, estéticas, políticas e econômicas, pois os sujeitos que a produzem são históricos.” (pg.167)

Será que um professor que convive com alunos, relatórios de aulas, diários, exigências esdrúxulas e deve mostrar “serviço”, concorda com esse conceito? Primeiramente, se arte não é uma produção fragmentada, como se explica as exigências das escolas que devem ser cumpridas, podendo na maior parte das vezes o conteúdo que o professor vem trabalhando a fim de respaldar outra área, ou produzir elementos para comemorar datas previstas nos calendários? Isso acaso não é fragmentação? Arte com certeza não é fruto de modelos aleatórios, mas o que dizer das produções escolares, que muitas vezes são originadas de processos sem conteúdo histórico que tenha sido exposto, ou completamente fora do contexto social do aluno/professor, onde o material que fora produzido para direcionar é confeccionado para/por determinado “grupo”, completamente antagônico.

O mencionado referencial discorre da seguinte maneira acerca das expressões artísticas e estéticas: “refletem as condições sociais do momento em que estão inseridas”, revelando a seguir no texto que um homem que assiste a um espetáculo de teatro pode por meio de sentimentos e percepção, superar sua realidade acerca dos aspectos estagnados. Porém a contradição se dá no momento em que, como foi abordado nesse mesmo texto, nossos moldes educativos não se caracterizam por educar o aluno para a percepção ou reconhecimento estético, ficando impossibilitada a catarse no mesmo a tal ponto que venha superar sua realidade.

## Metodologia

Durante a jornada de minha experiência no ensino de artes na escola, posso observar visando caracterizar o contexto em que se insere o ensino de artes apesar de não ter formação da área e só agora cursando 3ºano de artes cênicas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS é possível falar de arte, sem fazer referência ao papel da complexidade de sua expressão. Durante a pesquisa estarei realizando entrevistas com professores de artes que ainda não tem formação na área, quanto a seu enfrentamento e desvalorização de produção ao ensino de arte na educação, e também com direção, coordenação e corpo docente do ensino fundamental e médio visando o desenvolvimento da arte na escola.

A entrevista será de caráter reflexivo, tomada de face a face buscando interação humana do entrevistado e do entrevistador de caráter dinâmico flexível, mas com um momento de possibilidade de transformação sobre e o ensino de arte na escola.

## Conclusão

Portanto pode-se concluir que a principal motivação da menos valia das expressões no âmbito escolar é o modo como este permitiu serem aplicados conceitos que não foram progredindo, acompanhando todas as mudanças que vislumbramos em outros setores sociais. Soma-se a esse fator a má formação do profissional educador de artes, suas justificativas para escolha da área, (muitas vezes a escolha dessa área de formação dá-se por motivos de sobrevivência, o que não impulsiona o profissional a buscar mais conhecimentos e sim o estritamente necessário). Quando este possui ainda, a gana de buscar uma formação que venha de encontro a estruturar seu saber encontra nos moldes do trabalho escolar tal repressão que o impossibilita muitas vezes de aplicar seus conhecimentos. A falta de um conhecimento próprio de cultura e o embasamento histórico contribui para deteriorar esse quadro.

Diante de do exposto, pensamos que ainda que os professores possuam engajamento político, conquista de direitos, espaços educacionais e afins sem possuírem espaços propostos a disseminar o conhecimento para elaboração de idéias em que possam se firmar, posicionar, pesquisar, objetivando criar métodos e práticas que divergem do que está posto, auxiliados sim por um norte, um parâmetro, mas não

atrelado a esse de tal modo que seja quase impossível agir dentro do que pensamos enquanto arte, cumprindo somente com o que é exigido, pensado por outros, criado por outros, longe de tornar-se parte do processo ou apossar-se desse mesmo a realidade prosseguirá imutável.

### Referências Bibliográficas

BARBOSA, Ana. M. Arte Educação no Brasil: Realidade hoje e expectativas futuras.

DAVIES, Nicholas. Legislação educacional federal básica. São Paulo: Cortez, 2004.

ESPÍNDOLA, Ana. L. História da Educação: história do Brasil, a infância na República. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

DANIEL, Maria. E. B. et all. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, s/d.

MARQUES, Isabel, BRAZIL, Fábio. O que a arte ensina? São Paulo: in Carta Maior, 2005.

SEMED. Referencial curricular da rede municipal de ensino: 3º ao 9º ano do Ensino Fundamental, Campo Grande, 2008.

Brasil, Parâmetros Curriculares Nacionais : Brasília .1997.v.6:arte.

\_\_\_\_\_.PARAMETROSCURRICULARES NACIONAIS.

FUSARI, Maria F. R.; FERRAZ, Maria H. C. T. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 1992.

## LÍNGUA E LINGUAGEM. QUAL A DIFERENÇA?<sup>2</sup>

Lidamos com a linguagem, que é o maior empreendimento coletivo de socialização e produção de conhecimento da humanidade, e nossa formação intelectual deveria ser de sensibilidade para as manifestações linguísticas em todas as suas extensões: artística, estética, científica, filosófica etc. (Marcuschi, 2004, p.13).

Eliane Santos Carvalho - G/UEMS  
Erica Oliveira- G/UEMS  
Wellington Vieira - G/UEMS

### Introdução

A possibilidade humana de se comunicar, de interagir no nível das idéias, só é possível com a aquisição desta ferramenta abstrata que é a língua. Se até hoje persistem dúvidas para conceituá-la de uma forma “correta”, ou mesmo sobre o que permite sua assimilação, sua utilização e ainda questões como por que existem tantas concepções de língua, podemos ter noção da complexidade da temática.

Pensar a língua significa pensar também nos processos de fala e de escrita, enfim, pensar a linguagem em seu uso. A maneira com que estas vertentes teóricas tratam a língua implicará a maneira como elas percebem esses processos, para os quais a língua é fundamental. Assim, justifica-se o interesse em compreender as distintas noções de língua.

### Língua e linguagem. Qual a diferença?

Os sentidos entre língua, linguagem e termos correlatos muitas vezes quer no discurso do cotidiano ou no texto acadêmico, elas são tomadas como metáforas sinônimas, segue abaixo as expressões com sentidos dicionarizado (Dicionário, ???) e sua especificidade:

---

<sup>2</sup> Trabalho realizado na disciplina de História das Ideias Linguísticas do curso de Bacharelado em Letras, ministrada pelo Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues – NEAD/CEPAD/UEMS.

- A **linguagem** é a capacidade natural que o ser humano tem de se comunicar, seja por meio de palavras, gestos, imagens, sons, cores, expressões, etc.
- A **linguagem** pode ser classificada em: **verbal e não verbal**.
- **Verbal** – quando usa palavras (escrita ou falada)
- **Não- verbal** – quando utiliza gestos, sons, cores, imagens, etc.
- Pode-se optar pelo uso de uma ou outra forma de **linguagem**, ou mesmo utilizar a combinação da duas para se **comunicar**.
- A **língua** é o conjunto de sinais que determinadas comunidades usam para se comunicar. São as **regras gramaticais**.
- **Linguagem: universal e abstrata** capacidade de todo ser humano. Por exemplo, o **sorriso é entendido por qualquer ser humano**.
- **Língua: local e concreta**, capacidade de determinado povo, ou de quem se disponha a aprender as regras gramaticais da língua específica. Por Exemplo, o **idioma francês** só é entendido pelo povo francês, ou por quem estude e domine a **gramática da língua francesa**.

### A Linguística e o Profissional de Letras

Uma grande queixa dos licenciandos em Letras é a dissociação entre o que eles vivenciam nos bancos universitários e aquilo que irão vivenciar nas salas de aula dos Ensinos Fundamental e Médio.

Assim como a Linguística trava diálogos com outros saberes, o profissional de Letras “congrega uma fauna de perspectivas, desde as diversas literaturas, passando pela língua portuguesa, as línguas estrangeiras, a lingüística e uma multidão de ramificações, sem esquecer a formação política, social e cultural” (Marcuschi, 2004, p. 11).

Em geral, é preciso que o profissional de Letras não perca de vista:

- a) a discussão e o aprofundamento de questões relativas aos fundamentos teórico metodológicos do processo de ensino e de aprendizagem da língua (materna ou estrangeira);

- b) o repensar do processo e do ensino da língua (materna e estrangeira) a partir das contribuições de estudos lingüísticos e de campos auxiliares;
- c) o conhecimento de diferentes concepções de alfabetização e métodos que orientem sua prática pedagógica;
- d) a compreensão do ensino de língua (materna e estrangeira) em dois eixos: fala/escuta/leitura/escritura, percorridos pela reflexão sobre a língua (análise lingüística), para uma prática de ensino articulada (atitudes, atividades, conteúdos, procedimentos).

Nos últimos anos, a Lingüística passou a priorizar questões como: a) a noção de conscientização lingüística; b) o “modo” de aprendizagem de línguas; c) a aprendizagem via interações dialógicas; d) os padrões de interação professor-aluno; e) a aprendizagem centrada no contexto e o professor como pesquisador.

É possível afirmar, inclusive, que o termo “crítica” assume uma importância crucial para o profissional de Letras. Enfatiza-se a idéia de uma conscientização “crítica”, o proceder de uma análise “crítica” do discurso, de uma avaliação “crítica”, de uma “pedagogia crítica”, por assim dizer. É nesse contexto de criticidade pedagógica que se inscrevem os direcionamentos pedagógicos necessários ao profissional do século XXI.

Lembrando que o profissional de Letras precisa ser visto a partir dos interesses políticos e ideológicos que fundamentam seus discursos e valores, mais ainda, das relações sociais que legitimam seus programas conteudísticos, observar as muitas alternativas metodológicas disponíveis e possa, dentre estas, selecionar o que é relevante para a realidade atual, que exige o perfil de um professor. Eis o grande desafio que a Lingüística deverá enfrentar no século XXI.

### **A Comunicação Pedagógica no Mercado Escolar**

O mercado cultural e lingüístico é socialmente dotado de critérios de avaliação que conferem legitimidade aos bens simbólicos, como a própria linguagem dos grupos dominantes econômica e socialmente. Com efeito, a cultura e a linguagem desses grupos são transformados em capital cultural e lingüístico e sua

aquisição e domínio torna-se uma exigência no mercado dos bens simbólicos enquanto que a cultura e a linguagem dos grupos dominados são depreciados.

Uma das especificidades mais importantes da escola é ser um mercado lingüístico que usa e ensina a linguagem legítima por meio da comunicação pedagógica, que tem como característica distintiva a de ser uma relação de força simbólica no grupo constituído pelos professores e pelos alunos.

O papel do professor, na comunicação pedagógica, é o de inculcação da cultura (capital cultural) e da linguagem legítima (capital lingüístico). No entanto, essa comunicação pedagógica é fundamentada em bases desiguais.

Os alunos das classes dominantes ao chegarem a escola estão em condições de usar o capital cultural e o capital lingüístico escolarmente rentável, visto que estão familiarizados com eles em seu grupo social; já dominam, ou podem facilmente dominá-los.

Entretanto, os alunos das camadas populares familiarizadas com sua linguagem, que é considerada pelo mercado lingüístico como não-legítima - como diz Bourdieu, não reconhecida socialmente - ao chegarem a escola, em geral, fracassam, visto que a comunicação pedagógica não atinge o objetivo de fazê-los adquirir os bens simbólicos que constituem o capital cultural e lingüístico legítimos. O fato de não dominarem a linguagem da escola se torna difícil para compreenderem e se expressarem na comunicação pedagógica. E por não disporem do capital lingüístico escolarmente rentável, muitos alunos fracassam na escola.

A comunicação pedagógica envolve atividades que, em geral, caracterizam-se muito mais pelo reconhecimento da linguagem legítima do que seu conhecimento. O ensino da língua caracteriza-se pelo estudo da gramática da língua legítima, leitura de textos sempre escritos em língua legítima, correção da linguagem oral e escrita dos alunos conforme os padrões da língua legítima. Conseqüentemente, para os alunos das classes dominantes, o ensino constitui além de uma didática do reconhecimento que já possuem da língua legítima, um aperfeiçoamento da capacidade de produção e de consumo do conhecimento.

Todavia, para os alunos pertencentes às camadas populares, a escola possibilita, em geral, apenas o reconhecimento que existe uma maneira de falar e escrever considerada legítima e que é diferente daquela que conhecem e dominam. Tal reconhecimento se inscreve, para Bourdieu (1998:37-8), “em estado prático nas disposições insensivelmente inculcadas pelas sanções do mercado lingüístico [...]”. Com efeito, a escola não leva esses alunos a conhecer essa outra maneira, isto é, não os leva a produzi-la e consumi-la eficientemente,

umentando, assim, a distância entre a linguagem das classes populares e o capital lingüísticamente social e escolarmente rentável. Segundo Bourdieu (1998:50), “[...] os mecanismos sociais da transmissão tendem a garantir a reprodução da defasagem estrutural entre distribuição (bastante desigual) do conhecimento desta língua legítima e a distribuição (muito mais uniforme) do reconhecimento desta língua [...]”.

Dessa forma, os bens simbólicos das classes dominantes e a comunicação pedagógica legítima são instrumentos para o fracasso escolar das classes populares, contribuindo, assim, para a perpetuação dessas classes como dominadas e para perpetuação da estratificação social.

Retomando a discussão, cabe entender as implicações desse modo de ver a educação. A análise de Bourdieu fornece-nos importantes esclarecimentos a respeito do sistema educacional e dos processos de ensino e seleção, especialmente com relação à natureza “classista” desses processos.

Entretanto, do ponto de vista do desenvolvimento de uma sociolingüística alternativa para compreender a educação, há limitações. Substancialmente, uma educação vista à luz da linguagem como um mercado lingüístico não sugere uma disponibilidade para a mudança, na medida em que implica dispor o aluno numa relação estereotipada com a precariedade do próprio momento. Logo, não é possível pensar-se num processo educacional com fronteiras determinadas entre educação e o mercado lingüístico, sem o risco de alijar da escola o próprio processo constitutivo de sujeitos.

Nessa perspectiva, a escola não é o campo de luta contra o fracasso escolar das camadas populares e sim um instrumento e causa para a divisão da sociedade de classes. A solução dos problemas está na eliminação das discriminações e das desigualdades sociais e econômicas. É inegável a relação entre escola e sociedade, mas também é verdade que muitas “dificuldades e problemas do ensino de língua materna podem ser resolvidos no âmbito de discussões pedagógicas e didáticas” (Alkmin et alii, 1991:26).

## **O Conceito De Língua: Um Contraponto Entre A Gramática Normativa E A Lingüística**

### **De que língua trata a gramática normativa?**

“Conquanto constitua a linguagem dom comum de todos os homens, nem todos eles se comunicam pelas mesmas palavras. O conjunto de palavras, ou melhor, a linguagem própria de um povo chama-se **língua**

ou **idioma**” (op. cit, 1999, p. 17). Podemos perceber que o autor define a língua quando se dedica a conceituar o que é a linguagem, e assim diferencia os dois termos. A noção de língua parece então emergir apenas nos aspectos que a diferem da linguagem. Esse processo se repete em inúmeras outras gramáticas.

Para os gramáticos, a língua é tida como um sistema, ou conjunto de sistemas. A preocupação em defini-la não é uma constante: muitas gramáticas não fazem sequer menção a uma conceituação de língua. Nas gramáticas em que esta conceituação está presente, na maioria das vezes, ela surge como um recurso para diferenciar a língua da linguagem, e nesse caso, o foco dos gramáticos é a linguagem e não a língua. Curiosamente, as regras a que se dedicam os gramáticos estão no nível da língua.

Na Lingüística, a língua vai ocupar uma outra posição, diferente daquela da gramática. A língua é tida como um sistema de signos lingüísticos que pode ser considerada um fato social, embora este não seja da ordem do histórico social, e sim pelo fato de envolver a massa de falantes.

Falando em linguagem e analisando o perfil do professor hoje, entrevistamos a senhora Marisa do Carmo Buchanelli, formada em Administração de Empresas em 2006 pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP), e pós-graduada em Administração Financeira e Controladoria pela mesma Universidade em 2008.

Ministra aulas de gestão de RH no pólo presencial Anhanguera Interativa em Sidrolândia MS.

**Entrevistadores:** Marisa, a noção de linguagem é importante para sua área de atuação?

**Marisa do Carmo:** Sim!

**Entrevistadores:** Porque você considera importante?

**Marisa do Carmo:** Por que preciso me relacionar com várias pessoas de dentro e fora da empresa. Preciso saber negociar e diferenciar a linguagem que é utilizada para cada nível de hierarquia. Um exemplo: eu não posso falar da mesma forma com um supervisor, conforme converso com um operacional (linha de produção), pois eles podem não entender meu palavreado.

**Entrevistadores:** Como você concebe a linguagem de forma geral? “A linguagem de modo geral deve ser transmitida de forma fácil, clara e objetiva para não ter nenhuma dificuldade de entendimento.

**Marisa do Carmo:** O sujeito da linguagem é importante para sua área de atuação? (gesto positivo) a linguagem de forma geral é compreendida como uma das principais maneiras em que o indivíduo possui de inter- relacionar com seu meio.

**Entrevistadores:** O que é o sujeito de linguagem para sua área de atuação? “O sujeito de linguagem para minha atuação é de suma importância, pois devemos entender os vários tipos de linguagem que um único indivíduo pode ter. Cada pessoa pode se expressar de varias maneiras, com vestimentas , expressões facial (não verbal), gestos etc... Para sua área de atuação Marisa, o conceito de língua possui alguma relevância?

**Marisa do Carmo:** Sim, pois o conceito de linguagem no meio de atuação em que estou atualmente trabalhando, ajuda a melhorar o convívio e as relações de trabalho e meio social em que estou inserida.

**Entrevistadores:** Mudando de assunto, de linguagem para gramática!!! O que é gramática para você? Considerando sua área. A gramática em relação ao meio de atuação tem grande importância, pois é um conjunto de regras que utilizo para melhor me comunicar com as pessoas. O que significa falar certo para você?

**Marisa do Carmo:** Tudo! a linguagem correta é de suma importância para qualquer situação do dia-a-dia. Quanto mais clara, mais objetiva, mais correta, é mais fácil o entendimento.

**Entrevistadores:** Palavras finais de nossa entrevistada.

**Marisa do Carmo:** Com as diversidades culturais não se pode mais ter o pré-conceito (falado com muita ênfase), com a linguagem popular. Tal linguagem deve ser entendida como maneira de se expressar de cada indivíduo.

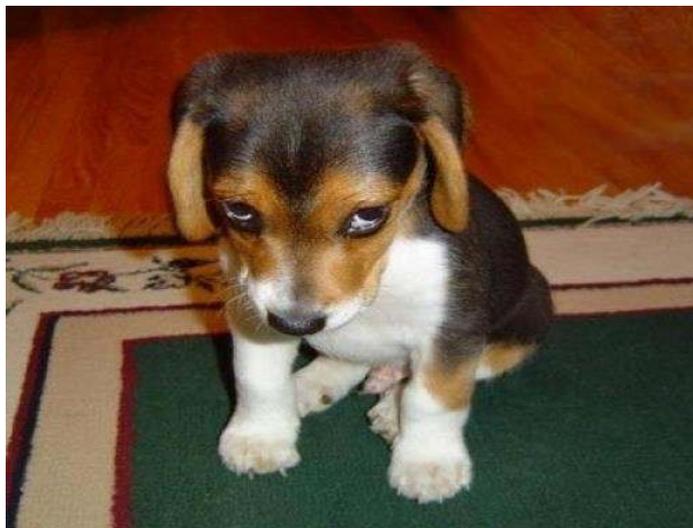
Continuamos a conversa falando sobre o “falar errado” e que em alguns casos esses vícios não mudam, como por exemplo: Uma pessoa que fala a vida toda bicicreta, ela não vai sem estudo algum falar bicicleta do dia para a noite! Existem pessoas também que forçam o “falar errado” por brincadeira entre amigos e acabam aderindo esse tipo de palavreado. Lembrando que, quem fala errado tem grande probabilidade de escrever errado também.

Enfim, linguagem é tudo isso... “É a capacidade que possuímos de expressar nossos pensamentos, idéias, opiniões e sentimentos. A Linguagem está relacionada a fenômenos comunicativos; onde há comunicação, há linguagem. Podemos usar inúmeros tipos de linguagens para estabelecermos atos de comunicação, tais como: sinais, símbolos, sons, gestos e regras com sinais convencionais (linguagem escrita e linguagem mímica, por exemplo). Num sentido mais genérico, a Linguagem pode ser classificada como qualquer sistema de sinais que se valem os indivíduos para comunicar-se.”

### Linguagem Verbal e Não-verbal



Na história em quadrinhos de Maurício de Sousa fica bem claro como pode ocorrer ao mesmo tempo linguagem verbal e não-verbal, chamada de linguagem mista. Tem palavras e figuras.



A linguagem não-verbal pode ser até percebida nos animais, quando um cachorro balança a cauda quer dizer que está feliz ou coloca a cauda entre as pernas medo, tristeza. O que vê quando olha para esse cachorrinho da imagem? Isso é linguagem não- verbal.

A Linguagem é um sistema formado por unidade lingüística que tem significante e significado, exercendo a função de promover a comunicação entre os indivíduos, sendo também a representação do mundo em que fazemos parte, refletindo o que queremos dizer.

### **Considerações Finais**

Linguagem é um “conjunto complexo de processos – resultado de uma certa atividade psíquica profundamente determinada pela vida social – que torna possível a aquisição e o emprego concreto de uma língua qualquer”. Usa-se também o termo para designar todo sistema de sinais que serve de meio de comunicação entre os indivíduos. Desde que se atribua valor convencional a determinado sinal, existe uma linguagem. À lingüística interessa particularmente uma espécie de linguagem, ou seja, a linguagem falada ou articulada.

Língua é um sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos. Expressão da consciência de uma coletividade, a língua é o meio por que ela concebe o mundo que à cerca e sobre ele age. Utilização social da faculdade da linguagem, criação da sociedade, não pode ser imutável; ao contrário, tem de viver em perpétua evolução, paralela à do organismo social que a criou.

### Referências Bibliográficas

<http://simplesmenteportugues.blogspot.com>

CAGLIARI, L. C. Alfabetização e lingüística. São Paulo: Scipione, 1989.

MARCUSCHI, L. Antônio. Formação em letras e pesquisa em linguagem (Introdução).

MOLLICA, M. Cecília. Sobre alguns conhecimentos indispensáveis para a formação em linguagem. In: Formação em letras e pesquisa em linguagem. Rio de Janeiro: Faculdade Letras UFRJ, 2004.

Revista da Fapese, v.3, n. 1, p. 57-64, jan./jun. 2007

ALKMIN, T M e outros. “A Lingüística e o Ensino da Língua Materna”. In: Geraldi, J.W. (Org.). O texto na sala de aula: leitura e produção. Cascavel, Assoeste, 1991

BOURDIEU, P. “A Economia das Trocas Lingüísticas”. In: Bourdieu, P. (1998). A economia das trocas lingüísticas. São Paulo, Edusp, 1980.

<http://pedagogiavida.blogspot.com>

Web revista Página de debates

Questões de  
LINGUAGEM

Edição 24 – Janeiro de 2020  
Artigo recebido até 30/12/2019  
Artigo aprovado até 22/12/2019

Cunha, C. 1976. Gramática do português contemporâneo, 6ª edição. BH, Editora Bernardo Álvares  
<http://poesiacontraaguerra.blogspot.com/2006/12/linguagem-Ingua-e-discurso.html>

Texto a linguagem, a língua e o discurso - <http://graciapassos.wordpress.com>

### Anexos



Web revista Página de debates

Questões de  
Linguagem

Edição 24 – Janeiro de 2020  
Artigo recebido até 30/12/2019  
Artigo aprovado até 22/12/2019

